ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (27-11-2017).

No dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezessete, às dezesseis horas e oito minutos, no Plenário, reuniu-se a Edilidade, sob a presidência do vereador Fernando Sampaio de Castro que contou com a presença dos demais Vereadores. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo Marianense declarou abertos os trabalhos. Em seguida, o Secretário leu a Ata da Trigésima Sétima Reunião Ordinária, realizada no dia vinte de novembro do presente ano. A ata foi colocada em **discussão e votação,** sendo **aprovada por unanimidade.** O presidente convidou os ex-vereadores José Antunes Vieira e Sebastião André de Carvalho; o professor Luís Sales, presidente do SINDSERV; a Sra. Juliana Alves; Secretária Municipal de Educação, o Sr. Júlio César, Secretário de Administração; o Sr. Anderson Stoppa, Assessor Técnico de Planejamento; Consultor de Plano de Cargos e Carreira e Reforma administrativa, o Sr. Ivan Duque de Paiva, a Sra. Taís Celeste de Souza, Subprocuradora do Município. Leitura das **Correspondências.** Entre elas, a **Portaria nº125/2017** e a **Portaria nº126/2017** (autoria do Presidente da Câmara Municipal de Mariana). Leitura dos **Projetos de Lei: Projeto de Lei nº115/2017** (autoria do vereador Juliano Duarte); **Projeto de Lei nº116/2017** (autoria do vereador Juliano Duarte); **Projeto de Lei nº118/2017** (autoria da Mesa Diretora). A pedido do vereador Antônio Marcos o projeto será votado em única discussão e votação. **Projetos de Resolução: Projeto de Resolução nº20/2017** (autoria da Mesa Diretora). A pedido do vereador Antônio Marcos o projeto será votado em única discussão e votação. **Projeto de Resolução nº21/2017** (autoria da Mesa Diretora). A pedido do vereador Antônio Marcos o projeto será votado em única discussão e votação. O vereador Bruno pediu uma manifestação oficial do executivo para saber qual será a destinação dos arquivos e se eles já estão digitalizados. **Leitura dos Requerimentos: Requerimento nº247/2017** (autoria Comissão de Obras públicas, Agricultura, Indústria, Comercio e Meio Ambiente); **Requerimento nº261/2017** (autoria de todos os vereadores); **Requerimento nº262/2017** (autoria de todos os vereadores). **Pedido de Providência nº506/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). Leituras das **Moções de Pesar:** pelo passamento do Senhor Pedro Celso de Oliveira (autoria dos vereadores Ronaldo Bento, Bruno Mól, Antônio Marcos, Juliano Duarte e Edson Agostinho); pelo passamento da Senhora Geralda Soares da Silva (autoria do vereador Ronaldo Bento); pelo passamento da Senhora Isabel Antônia da Silva (autoria do vereador Ronaldo Bento); pelo passamento da Senhora Efigênia de Souza Oliveira (autoria do vereador Juliano Duarte); pelo passamento do Siderley Evandro Gomes (autoria dos vereadores Ronaldo Bento, Juliano Duarte, Fernando Sampaio, Bruno Mól, Antônio Marcos e Gerson Cunha); pelo passamento do Senhor Aluízio Gonçalves (autoria do vereador Juliano Duarte); pelo passamento da Senhora Marta Tavares da Silva (autoria do vereador Ronaldo Bento); pelo passamento do Senhor Márcio Júnior dos Santos (autoria do vereador Ronaldo Bento). **A reunião ocorreu sem intervalo. Votações: Projeto de Lei nº118/2017** (autoria da Mesa Diretora). O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação** sendo **aprovado por unanimidade**. **Projeto de Resolução nº20/2017** (autoria da Mesa Diretora). O presidente submeteu o projeto de resolução em **única discussão e votação,** sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Resolução nº21/2017** (autoria da Mesa Diretora). O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação** sendo **aprovado por**

unanimidade. Projeto de Lei nº109/2017 (autoria do Prefeito Municipal). A pedido do vereador Deyvson, o presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação,** sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº106/2017** (autoria do vereador Deyvson Ribeiro). A pedido do vereador Bruno, o presidente submeteu o projeto em única **discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº107/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O vereador Bruno convidou os vereadores para formalizar através de requerimento o pedido de haver reuniões itinerantes da Câmara de Mariana nas comunidades do município. O presidente submeteu o projeto em única **discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Projeto de Resolução nº17/2017** (autoria da Mesa Diretora). O presidente submeteu o projeto de resolução em segunda e terceira **discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Requerimento nº247/2017** (autoria da Comissão de Obras públicas, Agricultura, Indústria, Comercio e Meio Ambiente). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação** sendo **aprovado por unanimidade. Pedido de Providência nº506/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O presidente submeteu o pedido em **única discussão e votação** sendo **aprovado por unanimidade. Requerimento nº262/2017** (autoria dos vereadores, exceto vereador Geraldo Sales). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação** sendo **aprovado com a abstenção do vereador Geraldo Sales. Requerimento nº261/2017** (autoria de todos os vereadores, exceto vereador Geraldo Sales). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação** sendo **aprovado com a abstenção do vereador Geraldo Sales.** O vereador José Jarbas solicitou a vinda da comissão de crise do executivo à Casa para apresentar os trabalhos realizados pela referida comissão. Conforme Requerimento nº192/2017, de autoria do vereador José Jarbas Ramos Filho, o presidente convidou a Sra. Juliana Alves, Secretária Municipal de Educação e sua equipe técnica para tratarem sobre rumores de deflagração de greve por parte de alguns servidores municipais da rede pública de ensino e para esclarecer sobre fatos veiculados nas redes sociais sobre retirada de direito do plano de carreira dos professores da rede pública municipal. Com a palavra, o presidente informou que tentou intermediar o diálogo entre os professores e o prefeito, mas não obteve êxito, a prefeitura não quis atender, o prefeito alegou que estava apertado. O vereador José Jarbas disse ser um absurdo o executivo não querer dialoga com a categoria na presença dos vereadores e pediu ao presidente da comissão de educação e líder de governo, o vereador Geraldo, para marcar a reunião com o prefeito. Com a palavra, a Secretária Juliana disse que realmente está acontecendo a greve de alguns professores não optantes pelo plano de cargos e carreira desde dezesseis de outubro. A secretária afirmou que por diversas vezes teve reunião com o Sr. Luís, representante legal da classe, mas ainda não se conseguiu chegar a um consenso. No dia 25 e 26 de outubro teve reunião com o sindicato propondo à categoria não optante a aderir ao plano em dezembro, mas como não foi aceita, a Secretaria de Educação pelo interesse público contratou professores para cobrir os grevistas e atender os alunos. O presidente Fernando perguntou se não é mais caro contratar novos professores do que resolver o problema dos professores. A secretária disse que respeita o direito de haver a greve, mas o direito constitucional do aluno sobressaiu e que não haverá pagamento aos professores pelos dias paralisados conforme previsto em lei. O presidente Fernando disse que o executivo não está cumprindo a lei pacificada de dois terços dentro de sala e um terço fora. Com a palavra, o professor Luís se indignou com o posicionamento e atitude da secretária. Há um mandado de segurança da justiça pedindo ao prefeito para cumprir a lei 11.738/2008 que versa sobre 2/3 (dois terços) e 1/3 (um terço), os professores querem que essa lei seja obedecida. Com

a palavra, a Subprocuradora Taís Celeste comentou sobre a adequação da carga horária dos professores que ainda está em aguardo da ordem judicial do ministério público, já que o município interpôs um agravo de instrumento à decisão liminar proferida pela justiça, ainda o município interpôs embargos declaratórios modificativos. A subprocuradora disse que além disso está sendo discutida a legalidade da lei 11.738/2008, especificamente o artigo segundo. O presidente disse que enquanto a lei não seja declarada inconstitucional o município deveria estar cumprindo a legislação. A subprocuradora disse que a questão esbarra no caráter financeiro e orçamentário e que os embargos podem modificar a decisão judicial. O vereador José Jarbas disse que enquanto uma lei não é considerada inconstitucional, o governo deveria obedecer a lei vigente. O município está prejudicando os profissionais, os quais já ganharam as ações judiciais nas instâncias. A administração pisa nos profissionais e não dialoga; questionou também a contratação dos novos professores, o não pagamento dos não optantes e como estes irão repor as aulas. Ainda, a prefeitura está entulhada de gente com falta de profissionalismo, falta compromisso político com a comunidade. O vereador pediu para que o presidente da Câmara trave a pauta até ter um posicionamento oficial do executivo. O vereador Antônio Marcos disse que os optantes do plano de cargos e carreira foi a salvação da prefeitura e acrescentou que a contratação dos professores ocasionará mais prejuízos ainda, já que terá que pagar tanto estes quanto aqueles que estão em greve. O vereador ressaltou a importância do estabelecimento do diálogo entre os professores e o executivo, em especial o prefeito. O vereador Geraldo afirmou que é preciso revisar alguns pontos previstos no plano de cargos, rever o quadro suplementar. Sr. Luís deixou claro que essa lei nº11.738/2008 é constitucional e que não retroage. A vereadora Daniely disse que direito adquirido não pode ser retirado pela prefeitura como ocorreu no corte do biênio e do quinquênio dos professores. O vereador Antônio Marcos disse que essa questão está na justiça. Com a palavra, o consultor Ivan disse que já houve seis reuniões entre o executivo e o sindicato desde maio. Uma das dificuldades do município está no artigo 22 do inciso 1 da lei de Responsabilidade Fiscal em que não se pode readaptar vantagem que acarrete aumento de despesa de pessoal se está acima do limite de despesas de pessoal do município. Assim não teria como enviar um projeto de lei readequando a remuneração dos servidores não optantes. Se alterasse o vencimento básico dos não optantes deveria alterar também dos optantes, é uma questão de isonomia, não tem como resolver o problema de forma isolada. A sugestão é discutir a reformulação do plano. O consultor disse que os servidores que não optaram pelo plano estão com razão, pois perderiam dinheiro. Ainda, afirmou que está sendo pensado a reformulação do plano de cargos e carreira do magistério, a comissão de trabalho contará com dois representantes do legislativo, do sindicato. O presidente Fernando disse que indicou os vereadores Antônio Marcos e Cristiano. O vereador José Jarbas disse que 60 % do executivo é sem vergonha e que 99, 9% do país cumpri a lei 11.738/2008. Com a palavra, o Assessor Anderson apresentou o impacto orçamentário dos não optantes em três cenários diferentes de 2017 a 2019. Hoje o gasto com os não optantes é de cinco vírgula nove milhões de reais. Caso os não optantes aderissem ao plano de cargos tornando-se optantes, o gasto seria de sete milhões e cento e setenta mil reais. Caso os não optantes passassem para a carga horária de 18 horas para 22 horas e trinta o gasto seria de sete milhões e oitenta mil reais. Caso os não optantes passassem de 18 horas para 27 horas o gasto seria de oito virgula sete milhões de reais. O vereador Geraldo disse que os não optantes ficaram marginalizados após a aprovação do plano. O vereador Bruno perguntou qual a solução imediata para o problema atual dos professores em greve e reclamou a falta de diálogo do executivo. O vereador Ronaldo assinalou que está a favor dos

professores, se existe uma lei, ela deve ser cumprida, a situação é muito clara, e acrescentou que o não cumprimento da lei está gerando multa diária ao município que vive uma situação vulnerável. Com a palavra, o professor Luís disse que a prefeitura está sendo cruel, explorando os professores, e acrescentou que se o executivo demitisse alguns cargos de confiança cobriria os gastos com a classe. O secretário Júlio César disse que a proposta é a montagem da comissão de trabalho discutindo amplamente um novo projeto, novo plano com a participação de todos os envolvidos, e que posteriormente seja enviado à Câmara. O presidente pediu um pronunciamento oficial do jurídico do executivo. O vereador Juliano se manifestou a favor dos direitos dos professores e se comprometeu a procurar o executivo para resolver o problema. A vereadora Daniely disse que está faltando interação entre os setores da prefeitura, algumas secretarias não entenderam a necessidade do diálogo, e assinalou que há uma crise de gestão no município, uma grande omissão, há custos altos com cooperativa, ouvidoria, prestação de serviço de consultoria, por exemplo. Está saindo da reunião sem nenhuma solução. Ainda, defendeu a elaboração de um plano de carreira para todos os servidores na prefeitura e que há vários nomeados sem nenhum compromisso com o município. A vereadora disse que o prefeito tem a responsabilidade de gerir bem a cidade e que a Câmara não pode ser omissa com o caos instalado. O vereador Geraldo propôs uma reunião no dia seguinte com o prefeito para buscar um entendimento especificamente para o problema dos professores. O presidente Fernando disse que infelizmente até agora a prefeitura não se dispôs a dialogar. O vereador Marcelo disse que o governo está uma bagunça e torceu para que se abra o diálogo e resolva a situação da greve dos professores. O professor Luís agradeceu o espaço dado pela Câmara e desejou que o impasse seja resolvido. O vereador José Jarbas perguntou à equipe do executivo se haverá suspensão do corte de pagamento dos não optantes. A vereadora Daniely perguntou se já houve julgamento sobre a legalidade da greve e quem assumiu a responsabilidade do corte do pagamento e pelo não cumprimento da lei 11.738/2008. A secretária Juliana disse que foi um pedido da secretaria de educação e que o escritório de advocacia, Garcia e Macedo, fez um parecer ratificado pela Procuradoria Municipal e aceito pelo prefeito. O vereador Ronaldo disse que o executivo está procurando uma forma de protelar o cumprimento da decisão judicial. O presidente Fernando assinalou que se a prefeitura não contrapôs a greve, então ela está concordando com o ato. A vereadora Daniely sugeriu uma reunião exclusiva entre os vereadores e o prefeito, para dar ciência das penalidades que o município deverá pagar, saber o posicionamento do poder executivo, de modo a chegar um denominador comum. O vereador Ronaldo perguntou se há a possibilidade de atender as demandas dos professores ou se o executivo está construindo algo diferente do pedido deles. O secretário Júlio disse que há sim a possibilidade e que a comissão de trabalho está aberta à negociação. Mediante ao impasse, o vereador José Jarbas e o vereador Bruno pediram o travamento da pauta até que o prefeito venha e ouça os professores. O professor Luís solicitou que o prefeito faça um decreto prevendo a carga horária de 22 horas e 30 retroativa à dezesseis de outubro para depois haver a discussão da minuta de um novo projeto de plano de cargos e carreira. **Palavra Livre.** Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião às vinte horas e trinta minutos E para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e se aprovada, será assinada.